
***Cooperativa de Crédito
Rural com Interação
Solidária do Espírito Santo***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros, Diretores e Cooperados
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

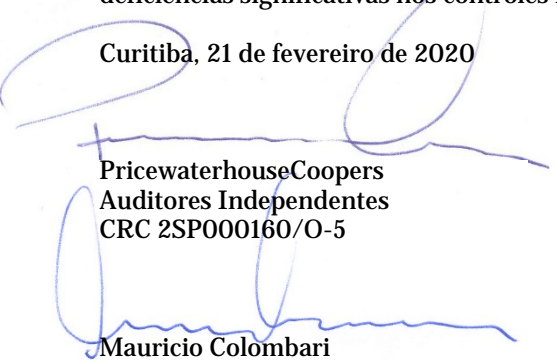
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de fevereiro de 2020

A handwritten signature in blue ink is written over the printed name and affiliation. The signature is cursive and appears to read 'Mauricio Colombari'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Mauricio Colombari
Contador CRC ISP195838/O-3

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo
Balço Patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo			Passivo		
Circulante	31.800	27.398	Circulante	34.459	28.322
Disponibilidades (Nota 6)	1.121	764	Depósitos (Nota 11)	21.599	16.619
Relações interfinanceiras(Nota 6)	6.972	9.290	Depósitos à vista	4.330	4.298
Operações de crédito (Nota 7)	26.094	21.129	Depósitos à prazo	17.269	12.321
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-3.247	-4.531	Relações interdependências (Nota 12)	64	10
			Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	11.674	10.961
Outros créditos	755	622	Outras obrigações	1.122	732
Créditos por avais e fianças honrados	0	0	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	17	11
Rendas a receber (Nota 8)	299	286	Sociais e estatutárias	136	110
Diversos (Nota 8)	456	336	Fiscais e previdenciárias	154	59
			Diversas (Nota 14)	815	552
Outros valores e bens (Nota 9)	105	124	Exigível a longo prazo	26.761	21.835
			Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	26.761	21.835
Realizável a longo prazo	35.321	27.688	Patrimônio líquido (Nota 16)	8.446	6.528
Operações de crédito (Nota 7)	35.321	27.688	Capital social	10.166	8.553
Despesas antecipadas	0	0	Fundo de reserva	83	83
Permanente	2.545	1.599	Sobras (Perdas) acumuladas	-1.803	-2.108
Investimentos (Nota 10 a)	1.386	1.193			
Intangível	0	0			
Imobilizado de Uso (Nota b)	1.159	406			
Total Ativo	<u><u>69.666</u></u>	<u><u>56.685</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u><u>69.666</u></u>	<u><u>56.685</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Demonstração de sobras ou perdas Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas da intermediação financeira	<u>8.055</u>	<u>7.541</u>
Operações de crédito (Nota 7)	7.699	7.232
Depósitos intercooperativos	356	309
Despesas de intermediação financeira	<u>-4.704</u>	<u>-5.215</u>
Operações de captação no mercado (Nota 11)	-773	-692
Operações de empréstimos e repasses (Nota 13)	-1.625	-1.353
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-2.306	-3.170
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>3.351</u>	<u>2.326</u>
Outras receitas e despesas operacionais	<u>-4.281</u>	<u>-3.521</u>
Receitas de prestação de serviços (Nota 17)	541	491
Rendas de tarifas bancárias (Nota 17)	1.295	1.150
Despesas de pessoal(Nota 18)	-3.594	-2.621
Despesas administrativas (Nota 19)	-2.118	-2.256
Despesas tributárias	-14	-7
Outras receitas operacionais (Nota 20)	1.693	1.832
Outras despesas operacionais (Nota 21)	-2.084	-2.110
Resultado operacional	<u>-930</u>	<u>-1.195</u>
Resultado não operacional	<u>0</u>	<u>1</u>
Resultado antes da tributação	<u>-930</u>	<u>-1.194</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>0</u>	<u>-2</u>
Provisão para imposto de renda	0	-1
Provisão para contribuição social	0	-1
Sobras (perdas) do exercício	<u><u>-930</u></u>	<u><u>-1.196</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital Social	Fundo de Reserva	Sobras (perdas) acumuladas	Total
Em 1 de janeiro de 2018	8.011	83	-1.524	6.570
Distribuição de Sobras / Retenção de Sobras	27	0	-27	0
Distribuição sobras pagamento	0	0	0	0
Rateio de Perdas	0	0	148	148
Integralizações de capital	1.341	0	-77	1.264
Baixas de capital	-826	0	0	-826
Aporte de recursos feitos pelo fundo de liquidez e expansão			568	568
Sobras (perdas) do exercício	0	0	-1.196	-1.196
Destinações legais e estatutárias	0	0	0	0
Fates	0	0	0	0
Fundos de Reserva	0	0	0	0
Juros ao capital próprio	0	0	0	0
Outras reservas estatutárias	0	0	0	0
Em 31 de dezembro de 2018	<u>8.553</u>	<u>83</u>	<u>-2.108</u>	<u>6.528</u>
Em 1 de janeiro de 2019	8.553	83	-2.108	6.528
Distribuição de Sobras / Retenção de Sobras	0	0	0	0
Distribuição sobras pagamento	0	0	0	0
Rateio de Perdas	0	0	35	35
Integralizações de capital	2.766	0	0	2.766
Baixas de capital	-1.153	0	0	-1.153
Aporte de recursos feitos pelo Fundo de Liquidez e Expansão (Nota 16g)	0	0	1.200	1.200
Sobras (perdas) do exercício	0	0	-930	-930
Destinações legais e estatutárias	0	0	0	0
Fates	0	0	0	0
Fundos de Reserva	0	0	0	0
Juros ao capital próprio	0	0	0	0
Outras reservas estatutárias	0	0	0	0
Em 31 de dezembro de 2019	<u>10.166</u>	<u>83</u>	<u>-1.803</u>	<u>8.446</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes da tributação	-930	-1.194
Ajustes as sobras/perdas líquidas	-1.152	773
Despesas de depreciação e amortização	132	129
Constituição (Reversão) de provisão de credito de liquidação duvidosa	-1.284	644
Variações patrimoniais	-415	5.995
Operações de crédito	-12.598	-2.708
Outros créditos	-133	419
Outros valores e bens	37	-37
Depósitos	4.970	3.215
Obrigações por empréstimos e repasses	5.639	4.009
Relações Interdependências	57	3
Outras obrigações	1.613	1.094
Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-2
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	-2.497	5.572
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Valor recebido pela venda de imobilizado	1.371	131
(Integralização)/Resgate de cotas de investimento	-193	-3
Aquisição de imobilizado de uso	-2.256	-364
Aplicação no intangível	0	0
Outros ajustes	0	0
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de Investimento	-1.078	-236
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização capital	2.766	1.264
Baixas Capital	-1.153	-826
Distribuição Sobras Pagamento	0	0
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	1.613	438
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-1.962	5.774
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.055	4.280
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.093	10.054

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo (Cooperativa), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cresol Central Baser ('Central Cresol'), localizada no município de Colatina -ES. A cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as suas atividades em 30 de setembro de 2005 e tem por objetivos principais:

- (a) proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados através de suas atividades específicas;
- (b) prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- (c) atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo; e
- (d) o estímulo ao desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do sistema Cresol.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e 5.764/1971, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já aprovados pelo CMN: CPC 00 (R2)-Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis - Homologado pela Deliberação CVM 835 de 11/12/2019; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.604/08; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução Bacen/CMN 4.534/16; CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.750/09; CPC 24 - Evento Subsequente -homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.973/11; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.823/09; CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução Bacen/CMN 4.335/16; CPC 33 - Benefícios a 3.823

Os CPC's, 10 (R1) Pagamento Baseado em ações e 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa Retificação de Erro, apesar de aprovados pelo CMN, não afetaram as demonstrações financeiras da Cooperativa.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas calculadas referentes ao valor justo de ativos financeiros, seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para causas judiciais, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A divulgação destas demonstrações financeiras foram autorizadas pela diretoria em 21 de fevereiro de 2020

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devam ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate ajustadas ao valor presente, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro que são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no modelo exponencial.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos sociais e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

Demonstração do Resultado com Ato Não Cooperativo

	2019	2018
Receita com Ato Não Cooperativo	15	56
Custo com Ato Não Cooperativo	16	54
Resultado com Ato Não cooperativos	-1	2
Tributos com Ato Não Cooperativo	0	2

O resultado de atos não cooperativos é imaterial e por essa razão não estão sendo apresentados na demonstração de sobras ou perdas.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 32% do lucro tributável.

(b) Disponibilidades

As disponibilidades incluem dinheiro em espécie, cheques recebidos e ainda não depositados, pagáveis sem restrição e imediatamente, e contas de livre movimentação mantidas pela cooperativa em bancos.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

(d) Relações Interfinanceiras - Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasse interfinanceiro para a Central Cresol, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras de baixo risco. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos pela Lei nº 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo.

(e) Operações de crédito

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas pro rata temporis até a data do balanço.

(f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira, e fundamentada na análise das operações, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras. Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Cooperativa classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros. A administração classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela referida resolução para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Período de atraso</u>	<u>Classificação do cliente</u>
A vencer ou até 14 dias	AA
Até 15 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível 'H' permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

(g) Ativo permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado de uso está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. Os percentuais de depreciação estão abaixo listados:

Edificações.....	4% a.a
Instalações,móveis e utensílios e sistemas de comunicação, segurança e transporte.....	10% a.a
Sistema de processamento de dados.....	20% a.a
Veículos.....	20% a.a

(h) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

(i) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. A administração não identificou evidências de perdas não recuperáveis em 31 de dezembro de 2019.

(j) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia. Os depósitos à vista e a prazo estão classificados no balanço patrimonial considerando sua exigibilidade.

(k) Obrigações por empréstimos e repasses

Registradas de acordo com os recursos tomados, sendo atualizados mensalmente de acordo com os juros incorridos no período e liquidações que possam ter ocorrido.

(l) Provisão para causas judiciais

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex colaboradores, em ações cíveis e trabalhistas. Essas causas judiciais são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável. Os processos judiciais classificados como perda possível são divulgados em notas explicativas. Os processos judiciais classificados como risco remoto não são provisionados e nem divulgados.

(m) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(n) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada período. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para causas judiciais, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

(o) Provisão para participação nos resultados - PLR

A PLR é uma modalidade de remuneração, baseada na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao Sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

5 Estrutura de gerenciamento de riscos

A Cooperativa gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoração de ameaças a que os negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.

Para a administração, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

(a) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Cooperativa é realizado por uma estrutura cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Cooperativa aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).

(b) Risco de mercado e risco de liquidez

A Cooperativa aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Sistema e Liquidez, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades da Cresol.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. Também é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pelo Sistema Cresol, de forma a garantir a capacidade de pagamento da Cooperativa. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez.

(c) Risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Sistema Cresol. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sistema Cresol com objetivo de:

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos que as entidades do Sistema sujeitas;
- Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das do Sistema Cresol;
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sistema Cresol.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Disponibilidades e relações interfinanceiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	1.121	764
Relações interfinanceiras	6.972	9.290
	<u>8.093</u>	<u>10.054</u>

Disponibilidades

São os recursos disponíveis e utilizados pela Cooperativa para a movimentação financeira com o objetivo de receber valores financeiros e pagar compromissos financeiros de curto prazo e rotineiros.

Relações interfinanceiras

A remuneração média da Centralização Financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 100,00 % do CDI (2018 - 100%). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a receita apresentada foi de R\$ 356 (2018 - R\$ 309) registrada na rubrica receitas de intermediação financeira na demonstração de sobras ou perdas.

7 Operações de crédito

(a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação (líquido de PCLD)

			<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Operações de crédito - Recursos próprios				
Empréstimos e títulos descontados	5.316	4.958	10.274	6.023
Financiamentos Rurais e agroindustriais	5.177	1.317	6.494	3.474
Financiamentos	2.601	5.630	8.231	5.956
Operações de crédito - Recursos por repasses				
Financiamentos Rurais e agroindustriais	9.753	23.416	33.169	28.833
Carteira total	<u>22.847</u>	<u>35.321</u>	<u>58.168</u>	<u>44.286</u>

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 das operações de recursos próprios é de 25,28% ao ano, proporcionando uma receita de R\$ 6.321 (2018 - R\$ 5.996, com remuneração média de 38,55%) e a remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 das operações de recursos por repasses é de 4,16 % ao ano, proporcionando uma receita de R\$ 1.378 (2018-R\$ 1.236 e a remuneração média foi de 4,29%) registrado na rubrica operações de crédito das demonstrações de sobras ou perdas.

(b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

	Carteira		Provisão para créditos de liquidação duvidosa	
	2019	2018	2019	2018
Níveis de risco				
Nível AA	0	0	0	0
Nível A	35.790	28.226	-174	-139
Nível B	15.097	9.131	-151	-91
Nível C	5.292	4.777	-159	-143
Nível D	1.529	955	-153	-96
Nível E	999	813	-300	-244
Nível F	588	1.678	-294	-839
Nível G	349	862	-245	-604
Nível H	1.771	2.375	-1.771	-2.375
Total	61.415	48.817	-3.247	-4.531

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Coobrigações em garantias prestadas

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações, quando existentes estão assim compostas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Garantias prestadas em operações de associados		
Carta aval/fiança - com operações de limite cartão	0	20
	<u>0</u>	<u>20</u>

(d) Movimentação da provisão de crédito para liquidação duvidosa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do período	4.531	3.887
Constituição	-1.086	644
Reversão	-198	0
	<u>3.247</u>	<u>4.531</u>

(e) Distribuição das operações por tipo de cliente e atividade econômica

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cliente		
Pessoa física	55.284	47.398
Pessoa jurídica	6.131	1.419
	<u>61.415</u>	<u>48.817</u>

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Distribuição por faixa de vencimento

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Faixas de vencimento		
Operações vencidas		
Até 30 dias	714	523
Entre 31 e 60 dias	338	491
Entre 61 e 90 dias	196	300
Entre 91 e 120 dias	118	203
Entre 121 e 150 e dias	113	254
Entre 151 e 180 e dias	200	395
Entre 181 e 240 e dias	138	406
Entre 241 e 300 e dias	198	69
Entre 301 e 360 e dias	114	153
Entre 361 e 540 e dias	0	0
	<u>2.129</u>	<u>2.794</u>
Operações a vencer		
Até 30 dias	2.569	1.731
Entre 31 e 60 dias	1.628	980
Entre 61 e 90 dias	1.540	1.268
Entre 91 e 180 dias	4.633	3.559
Entre 181 e 360 dias	13.458	10.880
Entre 361 e 720 e dias	9.099	7.276
Entre 721 e 1080 e dias	7.067	5.905
Entre 1081 e 1440 e dias	5.330	3.875
Entre 1441 e 1800 e dias	4.508	3.330
Entre 1801 e 5400 e dias	8.539	6.831
Vencer prazo indeterminado (cheque especial e limite de crédito)	915	388
	<u>59.286</u>	<u>46.023</u>
	<u>61.415</u>	<u>48.817</u>

(g) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Operações		
Renegociadas	5.645	2.960
Lançadas contra prejuízo	3.392	2.526
Recuperadas de prejuízo (Nota 20)	1.244	1.732

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Outros créditos

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

(a) Rendas a Receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendas de Spread a receber Repasses Central	299	286
	<u>299</u>	<u>286</u>

(b) Diversos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos e antecipações salariais	10	13
Cartão de credito	431	324
Devedores por compras de valores e bens	0	0
Provisão por Venda de Bens	-6	-4
Adiantamento por conta de imobilizações	17	0
Tributos a compensar	0	0
Imposto de renda a recuperar	0	0
Títulos e créditos a receber	0	0
Devedores diversos - País	4	3
	<u>456</u>	<u>336</u>

9 Outros valores e bens

Os saldos de outros valores e bens, estão assim demonstrados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bens não de uso próprio	105	142
Material de estoque	0	0
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	0	-18
	<u>105</u>	<u>124</u>

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Permanente - Investimentos

(a) Investimentos

	2019	2018
Participação na Central Cresol (*)	1.386	1.193
Participação na Base Regional	0	0
Participação em outras empresas	0	0
	1.386	1.193

(*) Participação em 2019 referente a 1,78% (2017 - 1,53%) do capital social da Central Cresol.

(b) Permanente

	2019			2018	
	Aquisições	Alienações	Depreciação	Liquido	Liquido
Imobilizações em Curso	1.373	-1.363	0	10	0
Terrenos	0	0	0	0	0
Instalações	590	0	0	590	0
Móveis e equipamentos de uso	206	0	-46	400	240
Sistemas de Comunicação	2	0	-7	13	18
Sistemas de Processamento de Dados	85	-8	-55	124	102
Sistemas de Segurança	0	0	-24	22	46
Sistemas de Transporte	0	0	0	0	0
	2.256	-1.371	-132	1.159	406

11 Depósitos

Os depósitos são constituídos pelos saldos mantidos pelos cooperados em conta corrente (depósito à vista) e em aplicações financeiras (depósito a prazo), conforme abaixo:

	2019	2018
Depósitos à vista	4.330	4.298
Depósitos a prazo	17.269	12.321
	21.599	16.619

As despesas com captação do exercício foram de R\$ 773 e o percentual médio de remuneração anual foi de 4,48% (2018-R\$692 e o percentual médio de remuneração anual foi de 5,62%), registrada na rubrica "Despesas de Intermediação Financeira – Operações de captação no mercado" na Demonstração de sobras ou perdas.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Relações interdependências

As Relações interdependências, classificadas no passivo estão assim compostas:

	2019	2018
Cartão Crédito	5	5
Outros	59	5
	<u>64</u>	<u>10</u>

13 Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos e repasses são apresentados a seguir:

	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Central Cresol Baser	11.674	26.761	38.435	32.796
	0	0	0	0
	0	0	0	0
	<u>11.674</u>	<u>26.761</u>	<u>38.435</u>	<u>32.796</u>

O grupo Obrigações por empréstimos refere-se a recursos tomados junto a Central Cresol Baser, com vencimento até 15 de fevereiro de 2028. Os encargos financeiros são calculados pro rata dia e as taxas estão de acordo com a modalidade de cada empréstimo bancário, sendo PRONAF (1% a 5,5%) e PRONAMP (5,5% a 7,5%). As taxas são definidas pelo Conselho Monetário Nacional e incidem diretamente sobre o saldo devedor. A taxa média dos encargos referente aos empréstimos tomados com a Central Cresol Baser foi de 4% ao ano (2018-4% a.a), representando uma despesa de R\$ 1.625 (2018-R\$1.353), lançada na rubrica “Despesas de intermediação financeira - operações de empréstimos e repasses” na demonstração de sobras ou perdas.

14 Outras obrigações - diversas

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Obrigações por aquisição de bens e direitos	0	0
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	93	78
Provisão para pagamento a efetuar	297	155
Provisão para causas judiciais (Nota 15)	0	10
Credores diversos - País	16	0
Outras provisões	0	0
Repasse a operadora de cartão	409	309
	<u>815</u>	<u>552</u>

Os grupos 'Provisão para pagamentos a efetuar' e 'Credores diversos-País' referem-se aos valores pendentes de compensação pela Cooperativa, como cheques depositados e não compensados e cobranças pendentes de repasse.

15 Provisão para causas judiciais

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa avaliou a existência de passivos relacionados a causas judiciais com probabilidade de perda considerada como provável. Quando existentes estes passivos devem ser provisionados.

Além disso, a Cooperativa analisa a existência de ações de natureza cível, trabalhistas e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis e remotos, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída:

Natureza	<u>Probabilidade de perda</u>	<u>Valor estimado de perda</u>	<u>Valor provisionado-saldo em 31 de dezembro de 2019</u>	<u>Valor provisionado-saldo em 31 de dezembro de 2018</u>
Tributária	Provável	0	0	0
Tributária	Possível	0		

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trabalhista	Provável	0	0	0
Trabalhista	Possível	0		
Cível	Provável	0	0	10
Cível	Possível	35		
		<u>35</u>	<u>0</u>	<u>10</u>

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Números de associados	7.218	7.226
Capital social - milhares de reais	10.166	8.553

(b) Integralizações e baixa de capital

Representam respectivamente o ingresso de novos associados com integralização de cotas-partes e o desligamento de associados mediante solicitação de devolução do capital integralizado.

(c) Juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa havia provisionado a título de juros sobre capital próprio o valor de R\$ 0 (2018- R\$0).

O cálculo dos juros sobre capital próprio está de acordo com o disposto na Lei Complementar no 130/2009 e trata-se de remuneração das cotas-partes do capital limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). O pagamento dos juros foi incorporado às cotas de capital.

(d) Fundo de reserva

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Deve ser constituído com 10,00%, pelo menos, das sobras líquidas do exercício e após o provisionamento dos juros sobre capital próprio, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social.

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A cooperativa aprovou em Assembléia Geral Extraordinária o valor de 40,00% como fundo de reservas sobre as sobras líquidas do exercício.

(e) FATES

De acordo com artigo 28, inciso II, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as cooperativas de crédito estão obrigadas a constituir o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da Cooperativa, constituído de 5,00%, pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício e após o provisionamento dos juros sobre capital próprio, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social. A cooperativa aprovou em Assembléia Geral Extraordinária o valor de 10,00% como FATES sobre as sobras líquidas do exercício.

(f) Destinação do resultado acumulado

Na Assembleia Geral Ordinária de 28 de Março de 2019, foi aprovado rateio de perdas do exercício de 2018, de R\$ 1.196 para compensação dos cooperados com os exercícios futuros (2017 - resultado de R\$ 27, destinados para aumento de capital conforme sua movimentação).

(g) Aporte do Fundo de liquidez e expansão

Conforme permitido pelo artigo 5 do Regimento do Fundo de Liquidez e Expansão da Central Cresol Baser, a Cooperativa acessou o fundo de Liquidez para compensar o saldo de perda acumulada apurado até aquela data. Este Fundo é para uso das cooperativas singulares quando acumulam perdas, em fase inicial de operação ou expansão.

17 Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendas de serviços bancários	16	0
Rendas de tarifas bancárias	1.295	1.150
Rendas com serviços de cartão de crédito	34	22
Renda com serviços de seguros	133	142
Rendas com serviços de spread sobre recebimento de títulos	5	15
Rendas de spread operações de repasse	349	312
Outras receitas diversas	4	0
	<u>1.836</u>	<u>1.641</u>

18 Despesas de pessoal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Honorários pagos a diretores e conselheiros (Nota 23)	142	80
Proventos	1.966	1.357
Encargos sociais	722	494
Benefícios	707	617
Treinamentos	52	73
Remuneração a estagiários	5	0
	<u>3.594</u>	<u>2.621</u>

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Despesas administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços do sistema financeiro	172	214
Outras despesas administrativas	55	78
Aluguéis	456	381
Serviços de terceiros	15	47
Serviços de vigilância e segurança	56	20
Transporte	119	111
Processamento de dados	62	137
Promoções e relações públicas	46	118
Despesa de comunicações	220	265
Depreciação	132	129
Seguros	46	39
Água, energia e gás	117	98
Serviços técnicos especializados	112	159
Material	50	28
Manutenção e conservação de bens	65	45
Propaganda e publicidade	29	99
Despesas com Viagens	112	62
Despesas com ressarcimento de custos conselheiros	1	1
Despesas com copa e cozinha	8	10
Despesas com custas judiciais	158	152
Despesas de Cartórios	19	16
Despesas com Assembléias Gerais	3	16
Despesas de Uniformes	20	10
Despesas de diárias e estadias	22	21
Publicações	0	0
Despesa com outras provisões	0	0
Provisão para desvalorização de Bens não de Uso	23	0
	<u>2.118</u>	<u>2.256</u>

20 Outras receitas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Recuperação de encargos e despesas	28	14
Reversão de provisões operacionais	198	0
Rendas de títulos e valores mobiliários	10	41
Recuperação de créditos baixados a prejuízo (Nota 7 (g))	1.244	1.732
Rateio antecipado de custos	80	17
Doações recebidas	57	0
Recuperação de custos projeto seguros	0	5
Outras rendas operacionais	76	23
	<u>1.693</u>	<u>1.832</u>

21 Outras despesas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesa do fundo garantidor de depósito	28	23
Descontos concedidos em renegociações	461	1.081

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas com Convênio Cooperativa Central (Nota 23)	592	345
Prejuízo com Adiantamento a Depositantes	0	0
Despesas com Base Regional de Serviços (Nota 23)	0	23
Despesas com Consultas CAD (SPC/SERASA)	0	0
Despesas com operações de caixa	0	0
Despesas com administração de cartão crédito	61	40
Despesas com Fundo de Liquidez e Expansão	226	98
Despesas com Rateio de Custos Confederação	467	242
Despesas com perdas operacionais	142	170
Despesas com Processos Judiciais	0	0
Despesas com Mensalidades Infocos/Unicafes	0	8
Despesas com ISSQN	1	1
Despesas de Atualização de Impostos	0	0
Outros	84	51
	<u>2.084</u>	<u>2.110</u>

22 Participação dos colaboradores no resultado

Encontra-se provisionada na demonstração de sobras e perdas na rubrica Despesas de Pessoal (Nota 18) valor relativo à provisão de participação dos colaboradores no resultado (PLR). Essa provisão é realizada de acordo com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor provisionado é de R\$ 70 (2018- R\$ 0).

23 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na Cooperativa por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa, inclusive diretores e executivos da mesma.

Incluem-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela Cooperativa ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos à vista		
Pessoas físicas	<u>4</u>	<u>5</u>
Depósitos a prazo		
Pessoas físicas	<u>27</u>	<u>14</u>
Operações de crédito	<u>146</u>	<u>183</u>
Remuneração de empregados e administradores - pessoas-chave (Nota 18)	<u>142</u>	<u>80</u>

Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Espírito Santo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, são os seguintes os saldos com a parte relacionada Central Cresol:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Centralização Financeira – cooperativas (Nota 6)	6.972	9.290
Remuneração da Centralização Financeira	356	309
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	38.435	32.796
Despesas com operações de empréstimos e repasses	1.625	1.353
Despesas com Base Regional de Serviços (Nota 21)	0	23

As despesas da Central Cresol são rateadas mensalmente para as cooperativas e ela filiadas de acordo com os critérios abaixo:

Parte do Orçamento anual da Central Cresol Baser é proveniente das mensalidades das cooperativas e ela filiadas, sendo que o rateio é realizado de acordo com o enquadramento no que diz respeito ao teto de endividamento da mesma junto ao BNDES. O valor da mensalidade é resultante da multiplicação do valor estabelecido, baseado no salário mínimo Federal considerado na data da aprovação dos critérios de rateio (R\$938,00) X índice de enquadramento conforme abaixo:

Faixa	Enquadramento porte:
Até 5 milhões de Teto	1
De 5 à 7 milhões de Teto	2
De 7 à 12 milhões de Teto	3
De 12 à 15 milhões de Teto	4
De 15 à 20 milhões de Teto	5
De 20 à 25 milhões de Teto	6
De 20 à 25 milhões de Teto	7
De 20 à 25 milhões de Teto	8

- a) Cooperativas com até 6 meses são isentas de pagamento de mensalidade;
- b) Cooperativas de 6 a 12 meses contribuem com mensalidade equivalente a 50% do salário mínimo federal;
- c) Cooperativas com mais de 12 meses passam a contribuir conforme critério de rateio acima;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o valor de despesas rateada para a Cooperativa foi de R\$ -592(2018 - R\$ -345), alocadas no grupo 'Outras despesas operacionais' na demonstração de sobras ou perdas (Nota 21).

24 Índices de Basileia e de imobilização

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Límites operacionais		
Patrimônio de Referência (PR)	8.446	6.528
Referência nível mínimo requerido	6.560	4.992
Referência capital mínimo requerido	4.223	2.858
Imobilizado para cálculo do limite		
Índice de imobilização (limite 50%) - %	28,00	16,00

* * *